

| 405 | RIO NA REDE: PACIFICAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO NO JOGO OLÍMPICO

Tamara Egler

Resumo

O título desse artigo está associado à percepção que considera o importante papel das redes na atualidade. Nelas podemos observar diferentes modalidades de comunicação, mediadas por tecnologias que transformam as estratégias de acumulação de capital e de dominação política. O presente texto tem por objetivo revelar a rede sociotécnica que associa corporações, governos locais, empresas capitalistas, agências de turismo, organizações sociais que tem por objeto ação concepção, formulação e produção de megaeventos, como os Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro. O nosso objetivo aqui é revelar como se realiza essa associação de atores, em nível global para examinar as formas particulares de expropriação no contexto da globalização. O artigo busca, exatamente, revelar como essa rede sociotécnica se forma, como ela atua na formulação de diferentes processos e quais são os resultados de sua ação. Metodologicamente é realizada uma pesquisa para:

- Identificar e mapear a estratégia, a política da rede organizada em torno dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio Janeiro;
- Montar um quebra-cabeça do mapa do mega plano, onde deverá se representar a localização dos equipamentos para a realização dos jogos, a remoção de comunidades e a implementação da política de segurança da pública;
- Examinar seus efeitos sobre o mercado imobiliário;
- Analisar os resultados sobre a vida cotidiana para os habitantes da cidade .

Os resultados alcançados com a pesquisa revelam as de formas complexas de expropriação sendo o objeto do desejo de natureza simbólica ao associadas ao entretenimento. A rede atua numa mesma totalidade que condensa interesses econômicos e políticos, tem uma ação singular e plural ao mesmo tempo. O processo de expropriação atua sobre a sociedade como um todo, mescla, investimentos de governos locais e acumulação de elites globais os resultados podem ser lidos na elevação do preço da terra, na remoção da população pobre para longínquas periferias, e na transformação do Rio em cidade para ricos.

Palavras-chave: políticas urbanas, megaeventos, jogos olímpicos, rede global, Rio de Janeiro.

Introdução

O título desse artigo está associado à percepção que considera o importante papel das redes na atualidade. Nelas podemos observar diferentes modalidades de comunicação, mediadas por tecnologias que transformam as estratégias de acumulação de capital e de dominação política. O presente texto tem por objetivo revelar a rede sociotécnica que associa corporações, governos locais, empresas capitalistas, agências de turismo, organizações sociais que tem por objeto ação concepção, formulação e produção de megaeventos, como

os Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro. O nosso objetivo aqui é revelar como se realiza essa associação de atores, em nível global para examinar as formas particulares de expropriação no contexto da globalização. O artigo busca, exatamente, revelar como essa rede sociotécnica se forma, como ela atua na formulação de diferentes processos e quais são os resultados de sua ação.

Metodologicamente é realizada uma pesquisa para:

- Identificar e mapear a estratégia, a política da rede organizada em torno dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio Janeiro;
- Montar um quebra-cabeça do mapa do mega plano, onde deverá se representar a localização dos equipamentos para a realização dos jogos, a remoção de comunidades e a implementação da política de segurança da pública ;
- Examinar seus efeitos sobre o mercado imobiliário;
- Analisar os resultados sobre a vida cotidiana para os habitantes da cidade.

Os resultados alcançados com a pesquisa revelam as de formas complexas de expropriação sendo o objeto do desejo de natureza simbólica ao associadas ao entretenimento. A rede atua numa mesma totalidade que condensa interesses econômicos e políticos, tem uma ação singular e plural ao mesmo tempo. O processo de expropriação atua sobre a sociedade como um todo, mescla, investimentos de governos locais e acumulação de elites globais os resultados podem ser lidos na elevação do preço da terra, na remoção da população pobre para longínquas periferias, e na transformação do Rio em cidade para ricos.

Para dar início à análise proposta neste artigo, é importante observar os efeitos da globalização sobre o processo espacial. Neles percebemos que as tecnologias de informação e comunicação – TICs transformam o *meio técnico científico informacional*, ampliam as possibilidades de conexão entre diferentes territórios e definem um novo espaço, que podemos denominar de espaço global. Percebemos o espaço como fragmentos que se conectam por fluxos de comunicação digital. Essa nova complexidade espacial articula formas materiais e imateriais, agentes públicos e privados, em processos que, atuando de forma rizomática pela mediação tecnológica e pela interação social, transformam as práticas econômicas, políticas e sociais. Sua representação está expressa na conexão entre espaços locais – fragmentos urbanos – e processos comunicacionais – fluxos digitais –, que, articulados, dão origem a um novo espaço que liga o global ao local, constituindo uma

totalidade espacial mais complexa e definindo novas formas de delimitação de territórios globalizados.

Os Jogos Olímpicos, associam agentes na transversalidade das esferas, unificam, numa mesma totalidade, organizações internacionais, como o Comitês Olímpicos, por exemplo COI e o COB, capitais que atuam globalmente, como: redes de hotéis, agências de turismo, companhias aéreas. Ao mesmo tempo, incluem os governantes locais e os capitais nacionais, que passam a participar da rede, como empreendedores imobiliários, empresas de construção civil e até mesmo organizações sociais, que se associam a essa rede para participar da grande festa global.

Essa política vem sendo implementada, numa escala crescente, em diferentes cidades do mundo, desde a realização das Olimpíadas em Barcelona (1992), passando por Atalanta (1996). Atenas (2004), Pequim (2008), Londres (2012) e a próxima será no Rio de Janeiro (2016). Os resultados da pesquisa são surpreendentes porque revelam a estratégia política que combina, numa mesma totalidade, as dimensões econômicas, política e cultural do processo espacial. Vejamos como isso acontece.

Discurso e ação

O objetivo da pesquisa é desvendar os reais interesses que estão associados ao projeto de transformar o Rio de Janeiro na sede dos jogos Olímpicos, em 2016. Daí a nossa responsabilidade intelectual e cidadã para revelar o que há de essencial no jogo do poder no Rio de Janeiro.

Para fazer a delimitação do objeto, foi necessário conhecer o megaprojeto em execução na cidade que inclui a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a remoção de populações, a construção de equipamentos para jogos esportivos, a produção de fluxos de transporte e de informação por comunicação digital. O objetivo da pesquisa foi, pois, desenhar os contornos da ação que move a totalidade dos interesses que estão implícitos nessa estratégia de ação política.

Esse é o ponto de inflexão que possibilitou o avanço de nossa pesquisa sobre a natureza do processo espacial, ajudando-nos a perceber que, além de sua forma material e tangível, os processos de apropriação social são imateriais e intangíveis.

Para tanto, delimitamos os seguintes objetivos:

- Desvendar o discurso oficial;
- Identificar a rede de atores associados ao megaprojeto de realização dos Jogos Olímpicos na cidade;

- Mapear os equipamentos destinados à realização dos jogos esportivos;
- Investigar a implementação de UPPs e analisar o processo de pacificação e expropriação para tornar claros os interesses em jogo;

As perguntas podem, então, ser assim enunciadas:

- Qual é a enunciação discurso oficial?;
- Quais são os atores que formam a rede de territórios da globalização, como eles se associam e quais são seus interesses?;

- Como se realiza o processo de pacificação?;

- Qual é o plano urbano dos Jogos Olímpicos?;

- Como se realiza a expropriação?

O debate está aberto e a questão teórica está colocada para aqueles que acreditam que o capitalismo se perpetua, transvertido, e aqueles que examinam as transformações na ordem dos fatos, atores e processos que estão delineando uma nova complexidade. Concretizada no entrelaçamento da investigação econômica, política, cultural no espaço, essa complexidade , exige uma orientação analítica alternativa, capaz de permitir um avanço na compreensão da realidade vivida.

Nossa pesquisa revela as formas complexas de articulação entre as redes de atores globais, dedicados à produção simbólica dos Jogos Olímpicos, e os processos de expropriação social. Se no capitalismo industrial, a política urbana produz mercadorias de natureza física e tangível, na globalização a materialidade desaparece para dar lugar ao desenvolvimento de atividades imateriais, de natureza simbólica.

O significado de rede vem exigindo definições precisas, o conceito esta permeando o tecido social, todo mundo fala em redes sociais. Nós queremos precisar como as redes são formadas por uma dimensão sociais técnica, e outra técnica ,quer dizer elas são de natureza sociotecnica. Ao mesmo tempo lembramos que as redes sempre existiram, Norbert Elias (1994) já se refere às mesmas desde 1939, a sociedade sempre se organizou em grupos que tem objetivos compartilhados. Como por exemplo, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais. Na atualidade o que se transforma é o *meio técnico* que permite maior conectividade e comunicabilidade, amplia as possibilidades de ação coletiva.

Estamos, portanto, diante de dois processos: o primeiro, que associa atores globais em rede; e o segundo, que produz rede de territórios globalizados. Na realidade, estamos diante de um processo de destruição/construção do espaço urbano carioca. Em outras palavras, a política urbana foi reduzida aos interesses da rede global, cujo objeto de ação é a produção de uma rede de territórios resultante do processo de apropriação social do uso do solo urbano, restrito às elites globais.

Cabe, aqui, estabelecer uma distinção conceitual entre espaço, cidade e territórios, que nos ajuda a esclarecer o que queremos dizer com rede de territórios. O espaço é uma categoria abstrata, que pode estar referida à compreensão do que se considera ação social, técnica e objetos materiais, para dialogar com Milton Santos (1994, 1998) e Ana Clara Torres Ribeiro (2010, 2011). Cidade – tanto o Rio de Janeiro, quanto Tóquio ou Catanduva – é a condensação de processo espacial em formas materiais historicamente determinadas. Para compreender o conceito de território, devemos recorrer a Marcelo Souza (2007), que revelam a dimensão política do espaço. Estamos falando do exercício do poder sobre um fragmento do espaço geográfico ou arquitetônico, que pode ser tanto o quarto do casal dentro do apartamento, uma fazenda, uma rua, quanto um equipamento para atividades esportivas. Daí a referência que entende a rede de territórios como fragmentos que se conectam por fluxos de comunicação e formam uma rede de territórios locais, os quais, por sua vez, se conectam por fluxos comunicacionais e formam um espaço global. Desse modo, pretendemos apresentar evidências empíricas e, a seguir, proceder a uma análise que dê conta da complexidade do negócio dos grandes eventos esportivos.

Essa mega operação, que está associada a uma estratégia própria de ganhos econômicos, difere profundamente da produção de mercadorias na fábrica. Nela os conceitos de mais-valia, lucro e renda são insuficientes para dar conta da complexidade do negócio que está acontecendo. Primeiro, porque o processo de acumulação difere da produção de mercadoria clássica; segundo, porque o objeto de apropriação de capital- dinheiro é imaterial e está referida aos sentimentos nacionais que resultam da disputa esportiva. Ao vender os jogos esportivos, vende-se, ao mesmo tempo, a imagem da cidade que vai ser vista por milhões de telespectadores em todo o mundo.

Nosso desafio é fazer a demonstração dessa hipótese que considera perversa a apropriação de sentidos e sentimentos socialmente produzidos em capital-dinheiro pelos atores que participam da rede. Na realidade, a mercadoria não é a cidade. Ela está referida aos sentimentos das pessoas, sendo, pois, de natureza simbólica. Afinal, a mais valia não

resulta da expropriação da força de trabalho, mas da manipulação de sentimentos humanos em prol da realização de lucros extraordinários.

Essa gigantesca operação voltada para a realização da gigantesca reforma urbana, exige um enorme investimento na produção dos equipamentos necessários para a realização do evento. Isso determina a elevação do preço da terra e a realização de lucros extraordinários em forma de renda da terra. Não se trata, portanto de expropriação da força de trabalho, mas de realização de rendimentos fundiários. Por isso, não é possível compreender a cidade como mercadoria. Marx (1978), no livro III do *Capital*, já nos alertava para o fato de que a terra não tem valor, - tem preço. O que acontece na cidade do Rio de Janeiro é uma elevação dos preços do marco edificado, determinada pelo incremento dos investimentos que potencializa a elevação do preço e da renda da terra. Trata-se de um megaprojeto de acumulação de capital que associa um sem número de atores, dedicados à produção de uma economia associada à realização de capital simbólico e distinção social.

Qual é a enunciação do discurso oficial?

O discurso oficial confere primazia ao desenvolvimento da economia. A argumentação está associada à capacidade de impactar a economia, ampliar a capacidade de acumulação e promover o aumento do número de empregos. Esses fatores gerariam impactos positivos no turismo—mediante a divulgação, nacional e internacional, da marca Rio de Janeiro, na arrecadação municipal e, por derivação, no desenvolvimento social.

Estamos diante de uma estratégia inovadora de expropriação, uma vez que todos os moradores da cidade pagam a construção dos equipamentos esportivos e a iniciativa privada se beneficia com a acumulação que resulta das atividades de turismo. O que nos parece mais grave é o enorme investimento público em atividades privadas de natureza efêmera. Quando a festa acaba, os turistas vão embora, as construções são removidas, os empregos desaparecem e pouco do que foi o megaevento resta para a cidade e seus habitantes.

Quando examinamos os dados do turismo, tudo fica mais claro. De acordo com o estudo *Impactos socioeconômicos dos Jogos Pan-Americanos Rio-2007*, da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE), 91,7% das pessoas que acompanharam os Jogos Pan-Americanos eram residentes no Brasil. Os demais 8,3% vieram de outros países. Isso pode significar que o

Rio talvez não seja, por assim dizer, um pólo turístico internacional. Na realidade os turistas eram, sobretudo brasileiros, e, assim, não foram tantos os dólares injetados na economia carioca.

Se olharmos mais de perto a pesquisa da Fundação Getulio Vargas (2008), verificamos que o setor de turismo realizou parcos R\$ 118 milhões, os restaurantes e hotéis apresentaram um aumento de 18% das atividades na região da Barrada Tijuca, e na Zona Sul, o crescimento foi de 7% nas atividades dos restaurantes e 10% nas dos bares. A média de ocupação dos hotéis em julho de 2007, o mês do Pan, foi de 66,07% contra 56,66% da média do mesmo período em 2006. Isso significa que o crescimento não teve nada de extraordinário, se consideramos o custo social do investimento realizado na produção do cenário para os jogos esportivos.

Rede global para megaevento local

Que atores formam a rede global das cidades? Como eles se associam? Quais são seus interesses?

Se partirmos de um ponto de vista que valoriza a rede de atores globais, podemos começar dizendo que, ao dissecar as partes para entender o todo, é preciso descobrir o interior das redes globais, que se apresentam de forma invisível e altamente complexa. Elas têm peso e leis próprias, constituem-se como unidades menores a compor as maiores por meio de suas inter-relações. O desafio é entender tais relações, que comportam estruturas e regularidades próprias, que fazem a liga entre as suas partes e que moldam e remodelam as redes capazes de fazer a coesão desses atores em benefício de objetivos particulares e compartilhados. Se a identificação dos atores é muito importante, não menos o são os objetivos em prol dos quais atuam. Mas é preciso observar o conjunto de estratégias que amplia a mobilidade de pessoas em torno de cidades globais e para a satisfação de um desejo de consumo de bens imateriais, associado ao entretenimento e à satisfação simbólica.

A sociedade de consumo de bens duráveis está esgotada. Vivemos em uma sociedade que consome bens não duráveis e intangíveis. Daí a importância do turismo internacional, que estimula a mobilidade das pessoas ao redor do mundo e produz ganhos econômicos extraordinários. Para alavancar essa mobilidade, costuma-se realizar grandes eventos - na área dos esportes, da cultura, da música, dos festivais de cinema, dos

congressos científicos –, que sejam capazes de concretizar a estrutura móvel da globalização. Pouco resta dos primórdios da fábrica e da vila operária; estamos diante de uma poderosíssima organização em redes sociotécnicas, que promove atividades que têm como palco as cidades e que se associam em rede global.

O processo de globalização tem outra forma específica de organização do poder. A rede global agrega atores econômicos, políticos e sociais de diferentes países do mundo. Não se identifica o seu comando; incorpora todos os atores dentro de uma ação que se expande rizomaticamente). É muito difícil identificar toda a ampla gama de atores associados à rede dos megaeventos, que inclui um grande número de atores, desde as organizações esportivas internacionais – como a FIFA e os Comitês Olímpicos – as cadeias de hotéis, os atores governamentais, capitais nacionais e internacionais dedicados a um sem número de atividades, até as organizações sociais.

Por ocasião da segunda – e vitoriosa – candidatura do Rio à sede dos Jogos Olímpicos, em Copenhague, em 2009, foi possível começar esse trabalho de identificação de seus principais atores. Podemos nomear os principais dirigentes da FIFA, do Comitê Olímpico Internacional, do Comitê Olímpico Brasileiro, do governo local. O discurso dos atores na defesa do Rio para sediar os jogos Olímpicos é conhecido, enaltece o desenvolvimento econômico e enobrece os jogos por criar um sentido de união dos povos.¹ Não há como negar que a Rede Globo é um dos parceiros principais entre os atores que participam da rede do jogo. Uma simples leitura de jornais nos permite perceber como se produz um discurso favorável aos interesses daqueles agentes.

O livro de Andrew Jennings, *Jogo sujo* é claro quando revela os bastidores da FIFA e os ganhos auferidos por ela com a realização da competição nos países do futebol. Sabemos que a FIFA é dona de uma empresa de telecomunicação que se responsabiliza pela difusão dos jogos, em todo o mundo. Podemos imaginar os lucros alcançados com essa mega-empresa de telecomunicação, que cobra milhões de dólares para veicular propaganda no sentido de ampliar o consumo de uma ampla variedade de mercadorias em escala mundial. O negócio é vender a competição, ganhar com a publicidade e a venda dos ingressos. A cidade se transforma em cenário privilegiado para a realização de um espetáculo global, que vai difundir os jogos da Copa do Mundo e das Olimpíadas para todo

¹ Rio 2016 aposta em "legado real" e maciço apoio popular. Em 02/10/2009 <http://esportes.terra.com.br/interna/0,,OI4016520-EI1894,00-io+aposta+em+legado+real+e+macico+apoio+popular.html>.

o planeta. Os resultados dessa pesquisa nos permitem imaginar o conjunto de atores que se beneficia desse processo, estando a FIFA em primeiro lugar.

Nessa estratégia do processo de globalização, são produzidas outras necessidades que conduzem a novas subjetividades, as quais redefinem as relações sociais, os corpos e as mentes. Com isso evitamos uma abordagem meramente econômica, que subordina ao capital dinheiro o capital político e o social. Partindo dessa premissa, nos foi possível estabelecer, de uma forma geral, a seguinte pergunta:

Como é o plano urbano para os grandes eventos?

Antes de responder à pergunta, é importante destacar que o governo da cidade não apresenta o megaplano para os eventos – dispomos, apenas de “pedaços” de plano. O nosso objetivo aqui é fazer a articulação entre as UPPs, equipamentos esportivos, Vila Olímpica e transportes. Trata-se de montar um quebra-cabeça, para encontrar os fios condutores que revelam a complexidade da política e do projeto urbano que movem o interesse dos agentes que participam da realização dos megaeventos. É muito triste, por que se trata de recursos públicos, originários do trabalho de todos, que estão sendo dilapidados em troca de nada. Apenas um desabafo, adiante veremos a gravidade da causa.

Para responder a essa pergunta, identificamos dois eixos de ação:

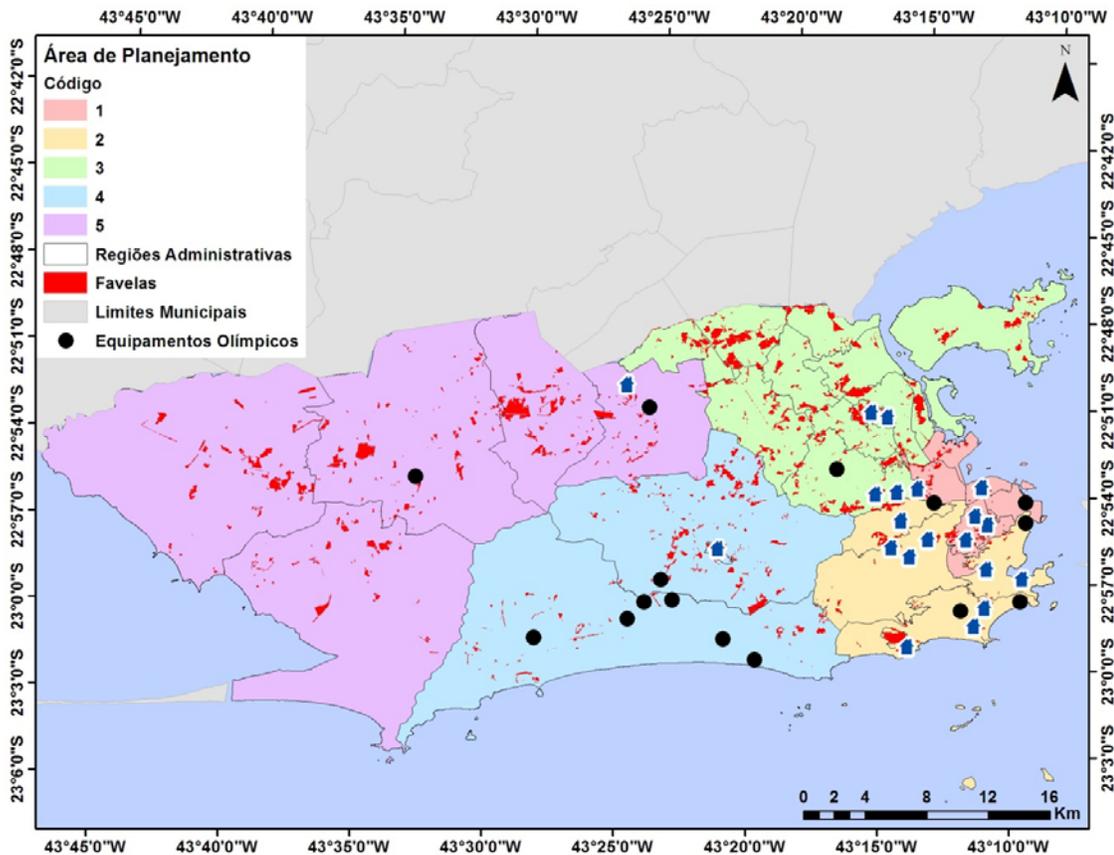
- Pacificação de territórios
- Cenarização do espaço urbano

Pacificação de territórios

A política de pacificação da cidade do Rio de Janeiro está constituída a partir de um conjunto de ações que tem por objetivo transformar as relações entre a polícia e a comunidade, visando, com isso, levar a paz aos bairros populares. Trata-se de uma forma de pensar que valoriza a comunicação entre os moradores e os integrantes das forças policiais. A enunciação do discurso se define pela substituição de uma ação de repressão por uma de participação. Essa política foi inspirada numa estratégia do governo colombiano contra o tráfico de drogas e o aumento da violência urbana. É conhecida a condição da violência da cidade de Medellín, e a política do governo colombiano de combate á violência foi transferida para o Brasil e para outros países da América Latina.

Conhecemos bem a história da violência no Rio de Janeiro, que vem desde que o tráfico tomou conta dos bairros populares e trouxe, para a vida cotidiana, a luta armada entre facções, o assassinato de crianças, jovens e adultos, e efeitos perversos sobre a vida familiar dos usuários de drogas. Para avançar nessa análise, é importante tornar claras as condições da violência na cidade. O mapa abaixo, que apresenta a localização das UPPs no espaço urbano carioca *vis a vis* a existência de favelas, é um bom ponto de partida.

Localização de Favelas e UPPs e Equipamentos Olímpicos no Rio de Janeiro, 2011



Fonte: Levantamento realizado por Alice Ribeiro e Felipe Fernandes, bolsistas de IC e mapa por Ricardo Sierpe

Podemos perceber a olho nu o que acontece na cidade. Os pontos vermelhos identificam as mais de 600 favelas e os azuis designam as áreas onde ocorre a intervenção das UPPs. A análise de Alice Ribeiro revela como sua localização está organizada em torno dos equipamentos que serão construídos para a realização dos jogos (RIBEIRO, 2011). Para

nós, importa perceber de que forma a pacificação se realiza na cidade e quais são os resultados alcançados com essa política. Como podemos observar, as UPPs estão localizadas, em sua grande maioria, na Zona Sul, um certo número na Zona Norte e poucas na Zona Oeste. A escolha está mais associada ao preço da terra na localidade do que necessariamente ao processo de pacificação.

Na realidade, as UPPs controlam a violência dentro dos territórios pacificados, mas o que podemos observar é que as milícias e o tráfico de drogas estão deslocando suas atividades e levando a violência para outros lugares. Isso explica a ampliação do número de roubos, furtos e assassinatos, em outras periferias da cidade. Em outras palavras, existe uma pacificação dos territórios onde as UPPs estão presentes, mas o terror se espalha em territórios pobres, não globalizados. Como Alba Zaluar (2005) revela nas suas pesquisas, os pobres são as maiores vítimas de furtos, roubos e assassinatos, estes últimos nos locais onde o tráfico de drogas domina e não há policiamento que proteja a população.

O problema da violência não é um problema de polícia. É um processo histórico, que permitiu a consolidação da pobreza, do desemprego e da perversa exclusão dos mais pobres do seu direito a condições dignas de vida. Além disso, os órgãos de governo fizeram a defesa de interesses econômicos e políticos associados às redes de produção e comercialização de drogas. Trata-se de um problema social que exige políticas sociais de desenvolvimento, nas áreas de educação, saúde, habitação, transportes e justiça.

Expropriação do direito à cidade

Para avançar na nossa demonstração, é preciso compreender a expropriação que está associada à pacificação. Para isso, vale a pena conhecer um pouco da história da luta pelo espaço que deu origem às favelas, no Rio de Janeiro. Elas se localizam, principalmente, nos morros da cidade, onde é proibida a construção da habitação formal, a partir de um processo de autoconstrução em tijolo, madeira e telha. Seu resultado é conhecido: uma paisagem da pobreza tanto no que se refere ao saber técnico, quanto às condições econômicas. Nesse espaço, onde transcorre a vida cotidiana, encontramos relações sociais de confiança, solidariedade e natalidade, e também de violência, destruição e mortalidade.

Os mais ricos celebram sua existência no jogo da vida urbana, quando se representa a riqueza e a pobreza pelas condições de moradia. Com certeza, a casa é o

passaporte simbólico mais importante do sujeito no campo social, pois revela o capital dinheiro e o capital social que o seu detentor possui. Assim, os mais ricos se dignificam pela propriedade da casa e por sua localização. Por isso, ao longo da história do Rio de Janeiro, a favela sempre foi objeto da cobiça dos mais ricos sobre os mais pobres. Conhecemos as especificidades do processo de favelização no Rio de Janeiro. Enquanto em São Paulo, por exemplo, a localização dos pobres acontece na periferia, no Rio de Janeiro, encontramos também nas zonas nobres. Basta pensar na Rocinha ao lado de São Conrado, ou no Santa Marta, em Botafogo.

A história da habitação no Rio de Janeiro é marcada pela forte resistência social dos pobres que habitam a cidade. Ao longo do tempo, é possível identificar a emergência de movimentos sociais altamente organizados para colocar limites aos interesses manifestos do governo da cidade associado ao capital imobiliário nacional. A existência de pobres no Rio resulta de uma luta política para criar condições de acesso à infraestrutura urbana e a serviços de educação, saúde e de regularização fundiária. Toda essa história leva o nosso pensamento para a atualidade do acontecer.

Uma vez que não foi possível erradicar as favelas – e que também não foi possível removê-las nem urbanizá-las–, a política para as favelas se transforma profundamente. O que se propõe é, simplesmente, transferir moradores de classe média e alta, e também turista, para o lugar dos pobres. Através de um processo de pacificação e ordenação, inverte-se a política, criando-se condições para a subida dos ricos para os territórios pacificados. Quer dizer que as favelas, ao lado dos equipamentos fazem parte do mapa que representa a rede de territórios globais.

No Rio de Janeiro, temos assistido a um processo em que a vida cotidiana nas favelas tem sido apropriada pelos turistas como objeto de contemplação. Estamos nos referindo aos *tours* que levam os turistas para conhecer o “lado belo” da vida nas favelas. Quando vejo as peruas circulando pelas ruas da cidade, cheias de turistas com chapéus na cabeça, lembro-me das caçadas nas savanas da África. É triste ver como as condições de vida cotidiana nas favelas cariocas são transformadas em objeto de consumo contemplativo. Turistas de todas as origens – europeus, americanos e orientais – fazem desse passeio uma forma de apropriação da cultura social do nosso modo de sentir e viver. Parece que fomos transformados em animais que se relacionam de forma espontânea e natural, capazes de sorrir e cantar. Nessa equação, a vida se transforma em objeto de consumo e a favela em objeto do desejo.

O modo de vida nos países do Primeiro Mundo está em crise, as relações humanas, empobrecidas. Para fazer avançar o processo de expropriação nada melhor do que vender uma cidade onde se canta, se dança e se ama. Como não há espaço para todos, então, mais uma vez, os mais pobres são expropriados para dar lugar aos mais bem situados na hierarquia social, e assim ampliar as condições de ganho para o capital dedicado à atividade imobiliária.

Nessa perspectiva, morar na favela é viver bem. Lá as pessoas se comunicam, brincam umas com as outras, fazem música, dançam e promovem festas. A favela se torna lúdica e vende-se a ilusão de uma vida cotidiana em comunidade. Pouco a pouco, ela se transforma. Surgem projetos governamentais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), casas são pintadas com muitas cores, prédios de apartamentos são construídos, são implementados serviços públicos e privados nas favelas, que se localizam principalmente em áreas nobres da cidade.

O discurso do atual prefeito carioca, Eduardo Paes, sobre a favela mostra grave distorções. Para ele, a pobreza é produto da desordem e, por isso, a ordem urbana é celebrada pelo ocultamento dos pobres. Estamos diante de uma atividade econômica de natureza simbólica, que tem por objetivo a reforma da cidade na produção de uma espacialidade que valoriza os modelos hegemônicos do urbanismo (Ribeiro, 2004). É um programa de ação perverso, que bane do espaço urbano o trabalho biscateiro (Ribeiro, 1977) e a habitação social. Fica tudo homogeneizado e uniformizado, perde a alegria e a criatividade da existência social na cidade.

A proposta urbanística é produzir uma ordem material, associada a um gosto homogeneizado, que responde por uma cultura alheia ao gosto e às formas de ser, sentir, comercializar e viver das classes populares no Rio de Janeiro. Limpar significa controlar, impedir, imobilizar, proibir, a vida na cidade. Ao tirar as pessoas, tira a vida do lugar. Essa ação se estende por vários lugares e setores da economia informal. Na orla, no centro, nos estádios, nas ruas da Zona Sul, a ação do policiamento responde por uma mesma lógica de expropriação.

O plano de remoção de favelas na cidade tem um novo nome. No lugar do programa Favela-Bairro,²o prefeito Eduardo Paes lança o Morar Carioca, um ambicioso

² O programa Favela -Bairro foi implementado na administração do prefeito Cezar Maia, em 1993, quando Sergio Magalhães era secretário de Habitação. Seu objetivo era a integração da favela à cidade, através da melhoria das condições de acessibilidade e de infraestrutura, visando assegurar condições de habitabilidade

plano que pretende se tornar, pelos próximos dez anos, a política pública de referência para a urbanização de todas as favelas da cidade. O novo programa tem por objetivo transformar as favelas em bairros formais, e legalizados, controlar a construção da paisagem mediante um código de obras, com gabarito e afastamentos demarcados, além de implantar, nessas comunidades, a política do “choque de ordem” em caráter permanente. Haverá uma secretaria especializada na manutenção dos equipamentos públicos e na conservação do espaço urbano. As favelas que estiverem em áreas de risco e não forem urbanizáveis serão removidas.³

O que está em jogo é um processo de expulsão dos pobres da cidade (COELHO, 2012)⁴ em benefício da implantação de um megaprojeto urbano para transformá-la em um cenário para a realização de grandes eventos, quer sejam eles esportivos, musicais, ou ainda congressos acadêmicos. Para isso, são contraídos empréstimos gigantescos, destinados à construção de equipamentos desnecessários, socialmente inúteis, que em nada contribuem para a melhoria da vida das pessoas na cidade. O que estamos assistindo é um verdadeiro processo de expropriação das condições de existência social.. É uma ordem da materialidade dos objetos, na qual se ignora as necessidades de vida e de trabalho nas ruas da cidade que viabilizam a vida das pessoas. Mais uma vez, estamos diante de uma política na qual em nome da ordem material se nega o direito à vida social.

É uma nova onda de periferização, que se consubstancia tanto na política destinada às favelas, quanto na retirada de populações pobres, no programa Minha Casa Minha Vida, na remoção da Vila Autódromo, e na proibição do espaço público para as atividades de comércio dos pobres. As pessoas são aprisionadas em suas casas, o trabalho é proibido e o espaço da cidade é reduzido a periferias longínquas, onde não se criam condições de habitabilidade e de existência social. (CARDOSO e Alli , 2011)

Se o Rio de Janeiro ocupa a décima posição nos *ranking* das cidades globais⁵, no que diz respeito aos índices sociais a situação é bem diferente. De acordo com pesquisa da

minimamente dignas. Vale lembrar que foi realizado concurso público para identificar as necessidades de cada favela contemplada com o programa.

³ MAGALHÃES, Luis Ernesto (Globo Online). Prefeitura lança novo plano para favelas, que prevê controle, gabarito, conservação e choque de ordem. 24/07/2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/07/24/prefeitura-lanca-novo-plano-para-favelas-que-preve-controle-gabarito-conservacao-choque-de-ordem-917235441.asp>.

⁴ Palestra proferida pelo vereador Eliomar Coelho , por ocasião da realização do seminário, Políticas públicas: interações e urbanidades, da RPP do programa Pronex da Faperj, 2011.

⁵ Conforme pesquisa da RioConvention andVisitors Bureau (RC&VB), disponível em <http://siteoficial.com.br/index2.asp?S=Rio-Convention--Visitors-Bureau--RCVB-&R=2014&C=1&L=18040>.

ONU, em 2009 o Brasil ocupava o 75º lugar no que se refere ao IDH. A pesquisa ainda informa que em 2006 o Brasil país ocupava o 70º lugar, piorando, portanto, sua posição relativa no que se refere aos indicadores sociais.

Estamos diante de uma política de expropriação do Estado em relação às classes populares. Ou, em outras palavras, “o Estado trabalha contra as pessoas, em nome do bem”.⁶ A ordem está associada ao encaixotamento da vida, à sua imobilização em bairros periféricos, onde não existem condições de habitabilidade, entendidas como infraestrutura, transportes urbanos, trabalho, escola, saúde, ali onde é necessário recomeçar a construção de um novo bairro para os pobres da cidade. É uma política perversa que coloca a ordem física contra a vida social.

Ordem e desordem se constituem em duas faces da mesma moeda. É uma ideologia fascista que impede a ordem do pobre e aniquila o outro. É como o holocausto, que nega o direito à vida para os diferentes, quer sejam judeus, ciganos, deficientes físicos ou *gays*. Mas como nos ensina Hanna Arendt, não há como impedir o recomeço (Arendt, 2004). Os homens da ordem, ou da raça estão fadados ao fracasso, por que a *vida não para*. Falta-lhes sentido à sua ação, porque esta impõe um significado à ordem que é alheia às condições de existência social no lugar, impõe um gosto que é associado a uma cultura estética uniforme, homogênea, *fashion*, impõe uma forma de pensar, sentir e representar o mundo e a nossa cidade destituída da memória e da cultura do lugar. Faz-se uma embalagem da vida a ser adquirida no mercado de bens simbólicos da globalização. A rede sociotécnica, dedicada à realização do projeto urbano para os Jogos Olímpicos, proíbe a existência de pobres na cidade para produzir territórios sem vida.

Referências bibliográficas:

ARENDRT, Hanna. 1994. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: RelumeDumará.

BAUMAN, Zigmunt. 1999. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

BOURDIEU, Pierre. 1998. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand.

⁶ Apresentação da professora Ana Clara Torres Ribeiro em exame de qualificação para dissertação de mestrado, de Vinicius Carvalho Lima, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2011.

GRIJÓ, Fábio. 2011. Pan-2007 movimentou R\$ 10 bilhões, *Jornal do Brasil*, 29/09/2009, Disponível em: <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/09/29/e29099368.asp>.

ANDREW, Jennings. 2011. *Jogo Sujo*, São Paulo, Panda Books.

JOHNSON, Steven. 2003. *Emergência. A dinâmica das redes em formigas, cérebros, cidades e software*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

MARX, Karl. 1978. *El capital. Crítica de la economía política*. Vol 3. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.

RIBEIRO, Alice. 2011. UPP em Santa Teresa. Relatório técnico de pesquisa. Cientista do nosso Estado, Faperj.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. 1977 . *Trabalho urbano: biscate e biscateiros*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), (dissertação de mestrado).

_____. & SANTOS, Cátia Antonia. 2003. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. *O rosto urbano da América Latina*. Buenos Aires: Clacso.

_____. 2004. Oriente negado: cultura, mercado e lugar. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, v. II, p. 97-107.

SANTOS, Milton. 1996. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

— . 1994. *Técnica, espaço e tempo. Globalização e meio técnico científico*. São Paulo: Editora Afilhada.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. 2007. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.

ZALUAR, Alba. 2005 . “Dilemas da segurança pública do Brasil”. In: *Desarmamento, segurança pública e cultura da paz*. Fundação Konrad Adenauer.